

UMA RELAÇÃO DIFÍCIL: A TRAMA DA RELIGIÃO EM TEMPOS DE POLÍTICA

L. Nicolás Guigou¹

Resumo: Tentamos indagar as relações entre religião e política como parte das dicotomias elaboradas por nossas mitologias modernas. Ao mesmo tempo, tratamos de dar conta das construções narrativas sobre ‘o político’ e os atuais processos de subjetivação que podem articular a religião e a política em regiões de sentido cujos limites são porosos em suas significações e práticas.

Palavras chaves: política, religião, narrativas, subjetivação.

Keywords: politics, religion, narratives, subjectiveness.

*...a ditadura e o oprimido/ prometido e não cumprido/ e o programa do partido/
tudo vira bosta/*

Moacyr Fanco-Rita Lee

INTERAÇÕES

Vou caminhando em direção ao Mercado Público de Porto Alegre. A disputa eleitoral para prefeito, vereador e demais posições para a futura prefeitura da cidade está em pleno auge. Recolho material de todos os candidatos.

Existe uma grande variedade de material impresso: santinhos, cartazes e adesivos de toda ordem. Pequenas e grandes histórias que fazem a época dos vereadores – mulheres e homens do público – que lutam pelos próximos lugares na administração de Porto Alegre.

Já devo ter um quilo e meio de material impresso. Diferentes partidos políticos difundem suas mensagens através de seus militantes (alguns de “aluguel”, outros voluntários).

¹ Doutorando, PPGAS, IFCH, UFRGS, bolsista CNPq. Prof. da Universidade da República, Uruguai

Um elogio à pluralidade democrática, à convivência pacífica de diferentes idéias. Impressiona a homogeneidade estética: cores fortes e toda classe de objeto com tal ou qual chapa. Pergunto-me se é só homogeneidade estética ou na verdade essa similitude estética é também similitude no discurso e nas práticas.

Não vejo a distinção, mas na verdade ela existe. Esta distinção torna verossímil essa pluralidade. Nestes casos, o “operador totêmico” de Sahlins é demasiado inocente para meu gosto.

Alguns candidatos a vereador “estão ali”. Por um momento, deixam de ser uma imagem e falam com seus pares cidadãos. Os representantes da cidade democratizam suas pessoas. Seus corpos são acessíveis, perguntáveis, falantes.

Mil e uma estratégias para ganhar votos. Fugir da opacidade de ser um vereador desconhecido. Ganhar votos. Chamar a atenção.

Por momentos, sinto pena dos profissionais da política, tão expostos, tão vulneráveis. Porém, minha experiência como cidadão não me permite ter maior piedade.

Cansado de escutar um som perturbador que tenta convencer os transeuntes da melhor opção eleitoral, me sento num bar do Mercado Público, no centro da cidade. Deixo o material em cima da mesa e pego alguns santinhos. O sorriso dos candidatos sugere o melhor dos mundos possíveis: uma espécie de otimismo televisivo levado à política. Mas não posso me distrair: rapidamente e sem falar nada, o garçom pega com suas duas mãos todo o material:

– “Não, não, preciso este material”, digo com surpresa.

– “Isto? Isto aqui é mentira, tudo lixo”, diz o garçom enquanto me olha convencido de ter encontrado um ingênuo cidadão seduzido pela propaganda eleitoral.

– “É meu trabalho, preciso desse material. Me devolve, por favor”!

– “Este é seu trabalho? Mas que trabalho mais chato”! – diz, enquanto olha inquisitivamente para os dois santinhos que consegui reter.

E adiciona: “eles são todos mentirosos, todos ladrões”!

Por fim, lembrando-se que eu sou o cliente, entra na interação mais clássica e me pergunta o que vou pedir. Um pouco surpreso por seu surto emocional, vai deixando com certa vergonha o estigmatizado produto do meu trabalho sobre a mesa.

NOVELAS

A novela das oito² é uma grande encenação da identidade do Brasil. Uma enorme quantidade de brasileiros a seguem de segunda a sábado. Revistas especializadas comentam os destinos destas figuras que constroem a trama dessa outra vida virtual. Produção do senso comum e apropriação do senso comum; não podiam faltar nestes tempos de política as próprias narrativas do político. Mas de que narrativas se tratam?

Vejamos.

Um deputado de esquerda – Thomas Jefferson – parece representar todos os males da política: intrigante, vago, clientelista. O importante nessa glorificação da razão instrumental são os fins, não os meios. Thomas Jefferson tem assistentes que não fazem nada. Meros parasitas que vivem do dinheiro público.

Ele não se preocupa com isso: dorme em seu escritório e pensa em seu amor impossível: Maria Eduarda. Intrigante – como todo político – fará qualquer coisa para procurar esse amor. Inclusive tratar de levar à cadeia seu rival, o namorado de Maria Eduarda, um simples trabalhador de um restaurante carioca que vive do seu esforço, não da política.

Jefferson não é tão ruim assim. É, sobretudo político, portanto, amoral.

Pior é o vereador Reginaldo, filho da dona Maria do Carmo. Um filho muito diferente da sua mãe.

Maria do Carmo é a máxima expoente da ética e da solidariedade, uma figura contraposta ao político como um todo.

O vereador, uma cristalização da baudrillardesca transparência do mal, é também um parasita. Ele parasita a sua mãe – melhor falando, a fama de sua mãe – entre os moradores necessitados da Vila São Miguel. Proveniente dessa Vila, dona Maria do Carmo – a pobre nordestina que conseguiu vencer na vida tomando-se uma empresária de sucesso – ajuda os moradores em momentos de necessidade e acompanha muitas de suas vicissitudes cotidianas.

Maria do Carmo é boa, maternal e antipolítica. Todos seus filhos são bons, com exceção do político, do vereador, cujo único interesse é obter votos nessa Vila.

² Estou fazendo referência à novela *Senhora do Destino*, que se transmite pela Rede Globo.

A mulher do vereador é tão inescrupulosa como ele. Cérebro sexualizado, é a figura da sensualidade na política. Figura sexy, irrefreável e insaciável, como o desejo político pelo poder. Tanto o deputado Jefferson como o vereador são meros parasitas.

São parasitas do dinheiro público, são parasitas dos afetos, são parasitas de tudo.

RACIONAL, IRRACIONAL

O recentemente eleito vereador Cururu de Pelotas, RS, chegou a seu posto dizendo que os votantes deviam colaborar para resolver seu problema de desemprego (e que por isso, se candidatava). No meio de uma propaganda extravagante (roupa extravagante, discurso extravagante) dava como garantia que também era desempregado, mas não mentiroso nem ladrão.

Enquanto isso, em Brasília, um deputado do PT recebia um espírito que se manifestou em plena Assembléia Legislativa para dar uma mensagem do outro mundo.

Dir-se-ia que são elementos de irracionalidade dentro de uma suposta racionalidade político-democrática. Mas de que racionalidade estamos falando?

Não se tratará aqui de voltar ao já franckfurtianamente criticado mito da racionalidade ocidental. Talvez fosse adequado lembrar aquela iluminada crítica de Walter Benjamin em relação ao progresso da suposta norma histórica.

Segundo Benjamin, essa concepção da racionalidade ascendente, “no está al comienzo de ningún conocimiento, a no ser de éste: que la representación de historia de la que procede no se mantiene” (Benjamin, 1994, p. 182).

Portanto, o caminho de transitar pelo dualismo racionalidade/irracionalidade não parece ser o mais adequado, em particular para refletir sobre as relações entre religião e política.

O lugar que tempos atrás teria levado a colocar a religião no âmbito da irracionalidade – esse lugar contingente, tanto histórica como geograficamente – esteve em boa parte fundamentado por todas as mitologias do

progresso, hoje vistas como mitologias, objetivadas como tais e, portanto, em pleno processo de perda de eficácia simbólica.³

A “episteme liberal” (Burity, 2000) faz parte, sem dúvida, de nossa episteme moderna, aquela onde “...apareceu pela primeira vez esta estranha figura do saber que se chama homem e que abriu um espaço próprio às ciências humanas” (Foucault, 2002, p. 22).

Esta figura do saber é também a figura do sujeito-cidadão: um sujeito autônomo, independizado de toda ordem transcendental, racional e dono de seu destino aqui na terra.

Esta ilusão de autonomia, este complexo olhar que transforma o humano em objeto, dessacralizando-o, tirando-o de qualquer ordem transcendental ao mesmo tempo em que o transforma em lugar do discurso e do saber das ciências humanas, acompanha também esse outro exercício de ressacralização racional-cidadã.

Mas até aqui a impressão de que estamos olhando pelos olhos de nossas mitologias, através de um quadro classificatório que estaria inaugurando regiões de significações e práticas mais ou menos racionais associadas com um sujeito.

Talvez fosse melhor fugir dessa figura autocentrada do sujeito moderno para postular não mais sujeitos cindidos entre a política e a religião (parte da citada mitologia moderna) e sim modalidades de subjetivação, tal como expressa Goldman (1999), de acordo com Steil (2001). Seguimos aqui Foucault (1995) e o desenvolvimento que faz Rabinow (1999) em relação a este conceito de subjetivação, o mesmo da conta das operações pelas quais os humanos tornam-se sujeitos, num processo ativo de autoprodução e em relação a uma exterioridade (Foucault, 1995; Rabinow, 1999).

Os núcleos de significações e práticas que circulam nestes sujeitos da contemporaneidade – aqueles que emergem nos limites da episteme liberal e além da modernidade – parecem corresponder a formas ou estilos de

³ “...acaso habrá que decir que toda historia puede ser mítica: es significativo que hoy se haya podido hablar del ‘fin de la historia’ en el momento mismo en que, por las mismas razones, se proclamaba la muerte de las ideologías, es decir, de los mitos reconocidos como tales y condenados a muerte a partir del momento en que se los reconocía en su condición de tales.” (Augé, 1995, p. 18).

subjetivação nos quais os limites de uma exterioridade baseada na crença circulam entre a dissolução dos limites das grandes regiões do sentido. Entre elas, a religião e a política.

NARRATIVAS PARASITÁRIAS

O garçom do bar e a novela das oito têm um eixo central em suas narrativas sobre “o político”: o político é o mal. Se for verdade, como indica Ricoeur (1996), que o tempo humano é tempo narrado, o tempo da política é um tempo externo e maldito: num sentido, todo humano lhe é alheio; no outro, o pior da humanidade se encontra por ele cristalizado. Parte das narrativas que constituem “o político” são em certo sentido narrativas de exterioridade. Narrativas que colocam “o político” nesse plano difícil entre a conjugação imaginária de uma comunidade que nunca existiu e a delegação pela via contratual. Este tempo específico da política, tempo eleitoral, de luta por posições, tempo da política (Palmeira, 2002), visibiliza esse paradoxo entre as narrativas “metapolíticas” que insistem na figura da representação racional (por exemplo, a propaganda gratuita no rádio e na televisão) e a volta da comunidade afetiva.

Mas a própria propaganda metapolítica (na verdade, extrapartidária) do Tribunal Eleitoral, não pode prescindir da constituição imaginária de uma comunidade afetiva (pense-se nas imagens de várias partes do Brasil, que o Tribunal Eleitoral mostrou para dar uma idéia dessa totalidade imaginária).

Também a propaganda para as eleições da prefeitura de Porto Alegre tem necessariamente que trabalhar com um imaginário urbano: imagens de uma cidade idealizada, imagens que lembram o tempo da cidade, imagens da cidade futura que será sob tal o qual administração. O “nós” deve ser convocado, reconstruído, reelaborado, lembrado, mas não de forma gratuita. Este “nós” tem mediadores que o convocam.

Ao final (ou no início) os sonhos da comunidade parecem ser convocados por uma limitada línguapolítica que tem uma centralidade de enunciação: o candidato, o representante. Este mediador é também uma figura paradoxal.

Muito mais que ventríloquo da comunidade que deve recriar-se, ele mesmo é um outro plano de tensão que deve assumir as modalidades ajusta-

das (o enunciado “feliz”) de recriação da citada comunidade e também transitar momentaneamente pela fragilidade de ser um concorrente com outros mediadores. Talvez por este motivo, “o político” sempre guarda um certo clima *moderno* de vanguarda. Vanguarda como espírito moderno de ruptura, de transformação e, em outras épocas (quando o político era transcendental), vanguarda como dona da verdade.

Mas através desta figura de vanguarda (ou de outras) “o político” parece ser dos poucos lugares onde ainda encontram sua permanência as citadas mitologias do progresso, que são por sua vez o desgaste do político.

Daria a impressão que no jogo de ruptura e reconstituição – tão específico dessa episteme liberal, moderna – tem na trama política um de seus escassos lugares de sobrevivência.

“O político” em seu desgarrado processo de autonomização, dessa ruptura e reconstituição, deve parasitá-lo todo porque, entre outros aspectos, parece se mostrar como a *encenação da expulsão social do social irrealizado*.

Difícil carga que ninguém quer que é colocada lá fora. Ninguém quer? O mediador, o representante, essa figura que faz homenagem àquela figura central de nossa modernidade, o indivíduo, assume sacrificialmente esse papel.

Para adquirir uma posição de relevância deve recorrer a seus pares cidadãos, os habitantes de agora. Mas, também, deverá demonstrar seu desinteresse pessoal e seu amor pelo bem público. A pergunta que faz Bourdieu (1997) parece mais adequada do que nunca, particularmente para o mundo do político: existe um ato desinteressado?

Como construir de forma verossímil o desinteresse individual quando seu contrário parece ser evidente e notório?

Neste momento fronteiro, no qual o representante acolhe seus pares cidadãos, as narrativas circulam com mais ênfase do que nunca. Os representados e os representantes renegociam suas posições a partir de uma ruptura e uma rearticulação.

O social irrealizado vê como narrativa central tudo aquilo que não pode resolver-se, todas as insatisfações. Ao mesmo tempo, o monopólio do representante (repressão/representação no sentido que lhe dá Tyler [1991]) deverá ser questionado uma e outra vez para restabelecer-se novamente.

As narrativas que constituem esse externo, “o político”, narrativas pa-

parasitárias do social irrealizado (mas que lugar teriam se acaso o social irrealizado fosse de uma vez por todas resolvido?) encontram na dimensão religiosa um de seus terrenos mais fecundos.

As narrativas políticas – ficcionais como quaisquer outras – em seu trabalho especial sobre o social irrealizado, são narrativas parasitárias.

Como bem assinala Ribeiro (2002), o político necessita sempre de sangue novo.

Experiências, práticas, idéias, símbolos, que não necessariamente nascem desse fossilizado mundo.

As religiões, em sua heterogeneidade, podem dar ao parasita político algo que ele mesmo requer, que por momentos adquire, e que, inclusive, por vezes, o tem feito competir com as primeiras: a transcendentalidade.

A perda de transcendentalidade da política é espantosa, e as religiões, por mais religiões “para o mundo” que sejam, por mais planos de imanência em que transcorram, tem seu núcleo duro na transcendentalidade. Inclusive essa transcendentalidade pode se manifestar num plano de imanência suprapolítica.

Mas a construção desta suposta suprapoliticidade constata que é uma narrativa que “vem de outra parte”, para falar das problemáticas mais cotidianas.

O conjunto de “falas” e ações religiosas, as adstrições religiosas dos candidatos (e dos votantes), podem colaborar e dar um pouco mais desse sangue que o parasita necessita.

Se a língua política é uma língua obtusa, fossilizada, outros enunciados e outras práticas podem trazer um pouco de “ar novo” ou reafirmar alguns dos pontos dessa reiteração do que é “o político”.

Por enquanto, as modalidades de subjetivação poderão circular pelo mesclado espaço da religião e da política. Porque o importante, como sempre, é o sentido e sua verossimilitude.

REFERÊNCIAS

AUGÉ, Marc. *Hacia una antropología de los mundos contemporáneos*. Barcelona: Gedisa, 1995.

BENJAMIN, Walter. Tesis de filosofía de la historia. In: *Discursos*

interrumpidos. Barcelona: Planeta-Agostini, 1994.

BOURDIEU, Pierre. ¿Es posible un acto desinteresado? In: *Razones prácticas*. Barcelona: Anagrama, 1997.

BURITY, Joanildo. Religião e Política na fronteira: desinstitucionalização e deslocamento numa relação historicamente polêmica. In: VII CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE RELIGIÃO E ETNICIDADE, 2000, Pádua, Itália.

FOUCAULT, Michel. “O sujeito e o poder.” In: RABINOW, Paul e DREYFUS, Hubert. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GOLDMAN, Marcio. *Alguma antropologia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

ORO, Ari Pedro. Religião e Política nas eleições 2000 em Porto Alegre (RS). *Debates do NER*. Porto Alegre, ano 2, n. 3, setembro de 2001.

PALMEIRA, Moacir. Política e tempo: nota exploratória. In: PEIRANO, Mariza (Org.) *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

RABINOW, Paul. *Antropologia da razão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

RIBEIRO, Renato Janine. Religião e Política no Brasil contemporâneo. In: FRIDMAN, Luis Carlos (Org.) *Política e cultura, século XXI*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

RICOEUR, Paul. *Tiempo y narración. Tomo III*. México, D.F.: S. XXI, 1996.

STEIL, Carlos Alberto. Eleições, voto e instituição religiosa. *Debates do NER*. Porto Alegre, ano 2, n. 3, setembro de 2001.

TYLER, Stephen A. Etnografía posmoderna: desde el documento de lo oculto al oculto documento. In: CLIFFORD, James e MARCUS, George (Ed.) *Retóricas de la antropología*. Madrid: Jucar Universidad, 1991.

INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES

1 *Debates do NER* publicará trabalhos inéditos sob a forma de artigos em português.

2 Os artigos devem ser escritos em espaço 1,5 e ter até 10 mil palavras, incluindo referências e notas.

3 Os artigos devem vir acompanhados de um resumo escrito em espaço simples, com até 150 palavras e mais quatro palavras-chave, além de uma versão em inglês do resumo (*Abstract*), nos mesmos padrões, com quatro palavras-chave (*Keywords*) e a versão em inglês do título do artigo.

4 Nos artigos e resenhas as notas explicativas devem vir no rodapé da página e as referências devem vir após o texto, ordenadas alfabeticamente.

5 No corpo do texto, a indicação de referência nas citações diretas deve trazer autor(es), ano de publicação e página(s); nas citações indiretas a indicação de página é opcional, conforme os modelos:

Segundo Hassen (2002, p. 173): “Há uma grande carência de materiais didáticos nesse campo, principalmente se aliados à ludicidade.”

Sabemos da grande carência de materiais didáticos nesse campo, segundo Hassen (2002, p. 173).

6 As citações diretas com mais de três linhas, no texto, devem ser destacadas com recuo e corpo menor de letra, sem aspas, em espaço simples; transcrições das falas dos informantes seguem a mesma norma, conforme o modelo:

[...] regras de comportamento explícitos às quais os indivíduos se referem conscientemente, e que se fundam sobre justificações ou princípios filosóficos, ideológicos ou políticos, ou sobre o surgimento de novas aspirações individuais ou coletivas. (Bozon, 1995, p. 124).

7 As referências, no final do texto, devem seguir os modelos:

7.1 Livro (e guias, catálogos, dicionários, etc.) no todo: autor(es), título (em itálico e separado por dois-pontos do subtítulo, se houver), número da edição (se indicado), local, editora, ano de publicação:

DUMONT, Louis. *Homo hierarchicus*: o sistema de castas e suas implicações. São Paulo: EDUSP, 1992.

FORTES, Meyer; EVANS-PRITCHARD, E. E. (Org.). *African political systems*. Oxford: Oxford University Press, 1966.

MINISTÉRIO DE SALUD. Unidade Coordinadora Ejecutora VIH/SIDA y ETS. *Boletín de SIDA*: programa nacional de lucha contra los retrovirus del humano y SIDA. Buenos Aires, mayo 2001.

7.2 Parte de livro (fragmento, artigo, capítulo em coletânea): autor(es), título da parte seguido da expressão “In:”, autor(es) do livro, título (em itálico e separado por dois-pontos do subtítulo, se houver), número da edição (se indicado), local, editora, ano de publicação, página(s) da parte referenciada:

VELHO, Otávio. Globalização: antropologia e religião. In: ORO, Ari Pedro; STEIL, Carlos Alberto. *Globalização e religião*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 25-42.

7.3 Artigo/matéria em periódico (revista, boletim, etc.): autor(es), título do artigo, nome do periódico (em itálico), local, ano e/ou volume, número, páginas inicial e final do artigo, data.

CORREA, Mariza. O espartilho de minha avó: linhagens femininas na antropologia. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 3, n. 7, p. 70-96, out. 1997.

7.4 Artigo/matéria em jornal: autor(es), título do artigo, nome do jornal (em itálico), local, data, seção ou caderno, página (se não houver seção específica, a paginação precede a data):

TOURAINÉ, Alain. O recuo do islamismo político. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 23 set. 2001. Mais!, p. 13.

SOB as bombas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 2, 22 mar. 2003.

7.5 Trabalhos acadêmicos: referência completa seguida do tipo de documento, grau, vinculação acadêmica, local e data da defesa conforme folha de aprovação (se houver):

GIACOMAZZI, M. C. G. *O cotidiano da Vila Jardim*: um estudo de trajetórias, narrativas biográficas e sociabilidade sob o prisma do medo na cidade. 1997. Tese (Doutorado em Antropologia Social)–PPGAS/UFRGS, Porto Alegre, 1997.

7.6 Evento no todo: nome do evento, numeração (se houver), ano e local (cidade) de realização, título do documento (anais, atas, resumos, etc., em itálico), local de publicação, editora e data de publicação:

REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 21., 1998, Vitória. *Resumos...* Vitória: Departamento de Ciências Sociais/UFES, 1998.

7.7 Trabalho apresentado em evento: autor(es), título do trabalho apresentado seguido da expressão “In:”, nome do evento, numeração (se houver), ano e local (cidade) de realização, título do documento (anais, atas, resumos, etc., em itálico), local de publicação, editora, data de publicação e página inicial e final da parte referenciada:

STOCKLE, Verena. Brasil: uma nação através das imagens da raça. In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 21., 1998, Vitória. *Resumos...* Vitória: Departamento de Ciências Sociais/UFES, 1998. p. 33.

8 Nos textos, evitar o uso de mais de uma fonte; usar inicial maiúscula somente quando imprescindível; os recursos tipográficos devem ser utilizados uniformemente:

- a) itálico: para palavras estrangeiras, títulos (livros, eventos, etc.) e ênfase;
- b) aspas duplas: citações diretas com menos de três linhas, citações de palavras individuais ou palavras cuja conotação ou uso mereça destaque;
- c) negrito e sublinhado: devem ser evitados.

9 Os autores de artigos e resenhas devem ser identificados, apresentando suas filiações institucionais e endereços completos para contato e e-mail.

10 Os artigos devem ser enviados em 3 cópias impressas e em disquete, em arquivo no formato Rich Text (.rtf) ou Word (.doc), compatível com plataforma Windows.

11 A publicação dos artigos será condicionada à aprovação da Comissão Editorial Executiva, considerando pareceres de consultores externos.

12 Os autores de artigos ou resenhas receberão 2 exemplares da revista na qual seus trabalhos forem publicados.

Fotolito da capa
Cathedral Digital
Rua Luzitana, 45A - Porto Alegre, RS
Fone/Fax (51) 3343-4141

Impressão
Editora Evangraf
Rua Waldomiro Schapke, 77 - Porto Alegre, RS
Fone (51) 3336-0422 e 3336-2466